

Ata da reunião do Conselho Municipal de Cultura de 24 de janeiro de 2018

Abertura

O Senhor Presidente deu as boas-vindas e fez o agradecimento aos participantes por terem aceitado o convite para integrar o Conselho Municipal de Cultura. De seguida fez o anúncio dos membros do Conselho Municipal da Cultura: Presidente de Câmara; Mónica Guerreiro; Academia Contemporânea do Espetáculo / Teatro do Bolhão representada, por Glória Cheio; Árvore – Cooperativa de Atividades Artísticas, por José Emídio; Balletteatro – Escola Profissional representado, por Manuela Barros, Casa da Música, por António Jorge Pacheco; Coliseu do Porto, por Eduardo Paz Barroso; Conservatório de Música do Porto, por António Moreira Jorge; Escola Artística Soares dos Reis, por Conceição Magalhães; Escola das Artes da Universidade Católica, por Nuno Crespo; Escola Superior Artística do Porto, por Maria Eduarda Neves; Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo, por António Augusto de Aguiar; Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, por Carlos Guimarães; Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto, por José Carlos Paiva; Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, por Doutor Orfeu Bertolami; Faculdade de Letras, por Maria Isabel Correia Dias; Fundação de Serralves, por Manuel Ferreira da Silva; Fundação Manuel António da Mota, por José Manuel Mota Neves Costa; Santa Casa da Misericórdia do Porto, por António Tavares; Teatro Municipal, por Francisca Carneiro Fernandes; Teatro de Marionetas do Porto, por Isabel Barros; entidades singulares, por Alexandra Balona de Oliveira, Alexandre Alves Costa, Carla Miranda, Ana Luísa Amaral, Daniel Pires, Gabriela Vaz-Pinheiro, Joaquim Moreno, Joel Cleto, Luísa Sequeira, Manuel Cruz, Nuno Centeno, Paulo Vinhas, Susana Ralha e Vânia Rodrigues.

Itens da agenda

1. Tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Cultura do Porto
2. Aprovação do Regulamento do Conselho
3. Debate sobre os desafios, oportunidades e objetivos estratégicos para o mandato 2018/2021

Comunicações

Rui Moreira

Agradeceu a presença do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e deu início à ordem dos trabalhos com a leitura de um texto de enquadramento que:

- I. Fez referência ao projeto cultural do quadriénio 2013/2017 anunciado no Conselho anterior que teve como objetivo prioritário restaurar a relação dos agentes com a política cultural municipal e a própria relação da estrutura da Câmara, pela prática cultural contemporânea local, nacional e internacional: – A cultura vista como cimento e fator integrador de uma estratégia de cidade, como uma área prioritária para o desenvolvimento económico e social.
- II. Fez menção de que é através da cultura que a cidade deve ser pensada, pelo que não faz sentido falar de áreas prioritárias no programa, como a economia e a coesão social, sem compreender a ação da cultura no desenvolvimento económico e social da cidade. Referiu, ainda, que é determinante considerar o quanto mudou a cidade ao longo dos últimos quatro anos a nível cultural, pois o Porto é hoje uma outra cidade na sua relação com os múltiplos domínios da cultura e da arte: – Abriram-se e reconquistaram-se espaços municipais e não municipais, implementaram-se várias ferramentas de política cultural, apareceram novos agentes e relações e, mais importante, surgiram novas formas de pensar a cultura e novas práticas culturais e artísticas.
- III. Mencionou ser um erro perspetivar, hoje, um projeto político para a cultura a partir dos mesmos fundamentos e das mesmas variáveis de 2013 porque são outros os desafios, as preocupações e as prioridades do setor. Logo, é preciso acompanhar a cultura contemporânea, o crescimento do setor e o interesse cultural dos públicos em toda a sua enorme espontaneidade e diversidade.

- IV. Apontou quatro objetivos estratégicos: 1. O apoio à prática artística contemporânea; 2. O acesso e descentralização cultural; 3. A ativação histórico-patrimonial; 4. A divulgação e o conhecimento artístico.

No âmbito do apoio à prática artística, informou o interesse na continuidade do programa de financiamento **Criatório** (segunda edição) e mencionou que vários dos 16 projetos financiados em 2017 tiveram apresentações públicas. Neste âmbito, solicitou que o Guilherme Blanc fizesse um esclarecimento ao Conselho, enquanto presidente do júri, sobre a recente deliberação do Criatório que passou a fazer parte da plataforma **Pláka** que sintetiza a política de apoio à prática artística contemporânea, bem como o *website* da **Pláka** que será lançado no próximo mês.

Informou sobre o novo programa de financiamento à internacionalização de projetos que o **Pláka** passará a incluir, o qual vai ser lançado no próximo mês: – Um apoio fundamental dentro da política de robustecimento das oportunidades profissionais para artistas que desejem simultaneamente viver no Porto e ter práticas que se manifestam para além da geografia da cidade e do país.

Referiu o interesse na continuidade da **plataforma *In Residence***, que mapeia os espaços de residência artística da cidade e através da qual é possível continuar a dar apoio direto – um programa programa de bolsas para residências artísticas direcionado para artistas nacionais, europeus ou de fora da Europa (que em 2017 apoiou a estadia no Porto de artistas como Rigo Flores e Efraim Almeida, nos Maus Hábitos; o músico Z'EV, na Sonoscopia; o dramaturgo Greg Wohead, na Mala Voadora).

Comunicou a continuidade de uma forte **política de coprodução de projetos com artistas, estruturas e programadores nos espaços municipais**, do Teatro Municipal à Galeria Municipal, passando a programas públicos como o **Cultura em Expansão** – uma ferramenta com o duplo significado de prossecução de políticas culturais concretas, nomeadamente no acesso à cultura e na dinamização de espaços culturais (municipais e não municipais) e no apoio à criação.

Sobre o acesso e descentralização cultural, referiu o interesse pelo do projeto **Cultura em Expansão** que, em 2017, ganhou o prémio **Acesso Cultura** e que permite: 1. Explorar os espaços associativos e de freguesias com programas culturais simultaneamente acessíveis e desafiantes; 2. Desenvolver projetos que se propõem a refletir criticamente e sem barreiras de qualquer natureza, sobre o território e a cidade; 3. Explorar a cultura de geografias concretas, em alguns casos em projetos de envolvimento comunitário.

Partilhou a notícia publicada de que o filme este ano desenvolvido no âmbito do programa por João Salaviza e Ricardo Alves Jr. com residentes do Bairro do Aleixo, entrou na competição **Urso de Ouro**, no Festival de Berlim, o qual terá estreia a 19 de fevereiro (a equipa estará presente no festival, incluindo a atriz principal conhecida por a Helena – a Russa – e também o Presidente da Associação de Moradores – o Dr. Renato).

Informou que pretende reforçar, na edição de 2018 do **Cultura em Expansão**, a dimensão educativa e formativa do projeto e que, na **área da exibição cinematográfica**, continuará a ser dado apoio financeiro às duas salas independentes do centro da cidade (Passos Manuel e Trindade), bem como retomará o projeto do cartão de cinema **Tripass** (que no primeiro ano atingiu cinco mil aderentes).

Comunicou que vai disponibilizar ao projeto da **Fonoteca Municipal de Campanhã** o acervo de 35.000 vinis do município – já em andamento com dois técnicos a estudar e a tratar o acervo da Biblioteca Municipal Almeida Garrett e com as obras na Plataforma de Campanhã (previsivelmente, um projeto a arrancar em meados deste ano).

Deu nota da previsão da abertura em 2019 do **Reservatório – Museu da História da Cidade**, na Pasteleira, como um projeto museológico do **Cultura em Expansão**.

Referiu a continuidade do trabalho de **ativação histórico-patrimonial** (inventariação, catalogação e disponibilização de acervos e coleções municipais, com ênfase na divulgação pública) e a nova localização

das reservas municipais (Abrigo dos Pequeninos, a partir do próximo ano) como principal fonte da nova musealização dos diversos pólos rehabilitados, tais como: o Museu Romântico; o novo Museu do Vinho do Porto; o reservatório da Pasteleira e o Museu do Rio de Vila – tudo museus novos ou renovados (de que é exemplo da Casa-Oficina António Carneiro, em fase de renovação e restauro das coleções de pintura e desenho e que acabou de receber uma importante doação do bisneto do pintor, de objetos pessoais, materiais de pintura, documentação epistolar e espólio fotográfico e áudio).

Ainda no plano de ativação histórico-patrimonial, mencionou a valorização e deslocalização de importantes núcleos e coleções, citando os exemplos do Gabinete de Numismática (a segunda melhor coleção de moedas do país) que passará a integrar o percurso expositivo da Casa do Infante, que foi a primeira Casa da Moeda do Porto; o Banco de Materiais (com a dupla vertente de exposição e de serviço público de economia circular) que beneficiará de nova localização e de acrescida visibilidade.

Mencionou o enriquecimento da **Coleção de Arte Municipal**, iniciada em 2017, através de uma política de compras parcimoniosa e integrada no projeto *Pláka*.

No âmbito do Programa de Arte Pública referiu a recente encomenda que fez o município, a escultura “Três Metáforas de Árvores por uma Árvore Verdadeira”, da autoria de Alberto Carneiro, a qual será colocada no Largo de São Domingos dentro de dois meses, altura em que estará a circular a versão em inglês do *Mapa de Arte Pública*, cuja versão em língua portuguesa foi lançada no verão passado.

Mencionou a pertinência do **projeto de expansão da Biblioteca Municipal do Porto** com vista a: 1. Receber o legado de espólios e bibliotecas doados por ilustres cidadãos (é o exemplo recente da Biblioteca de Miguel Veiga); 2. Concentrar a fundamental coleção de monografias e reservados nesta Biblioteca com o objetivo de libertar mais espaço e de garantir melhor localização e acesso.

Informou que o projeto do **Cinema Batalha** está numa fase mais burocrática, mas que há indicação da equipa de Arquitetura da GoPorto de que a abertura dos concursos será em Junho e o início de obra em finais de 2018, com a contratação pública – um projeto aprovado pela DGPC, apesar de recentemente terem sido detetados problemas estruturais no edificado, mais graves do que se previa, nos últimos meses – uma questão que está a ser analisada pelo conselheiro Arq^o Alves Costa.

Comunicou que está concluída a fase de audiência de interessados ao **Matadouro Municipal** e que a revisão do início da obra é setembro de 2018.

Informou que será retomado o ciclo de conversas *Um Objeto e Seus Discursos por Semana*, em Março (pelo quinto ano consecutivo a decorrer aos sábados) e o encontro internacional *Fórum do Futuro*, em novembro (com os mais emergentes e provocadores conferencistas), que desta vez será dedicado à relação entre a antiguidade e o contemporâneo.

Comunicou que decorrerão em 2019 as primeiras edições de dois projetos muito importantes de coprodução: 1. **Porto Design Biennale**, organizada pela ESAD Idea e que une Porto e Matosinhos; 2. **Bienal de Fotografia** organizada pela Ci.clo – Plataforma de Fotografia, com o apoio da Trienal de Hamburgo, que apresentará na cidade exposições, formações e debates.

Anunciou que o autor homenageado da **Feira do Livro do Porto 2018** será José Mário Branco e que esta irá decorrer no mesmo local e formato (venda e participação aberta e inclusiva aos vários agentes do setor do livro; festival literário com autores nacionais e internacionais)

Guilherme Blanc

Agradeceu ao Senhor Presidente e a todos a presença e informou que, na qualidade de presidente do júri do *Criatório* e devido a ter sido detetado neste um erro no regulamento *online*, o júri determinou reiniciar o prazo de candidatura de forma a sanar a gravidade da situação, algo que na prática representará um pequeno atraso de cerca de três semanas.

Carla Miranda

Pediu esclarecimento sobre os principais objetivos do Conselho Municipal de Cultura (espaços e recursos humanos e logísticos da CMP); sugeriu um documento com um plano estratégico e um inquérito para averiguar as necessidades dos artistas e do próprio meio cultural, de modo a que possa ser melhorada a relação institucional e com os públicos.

Rui Moreira

Confirmou que o último Conselho teve exatamente o propósito de esclarecer e prestar de contas, não sendo possível fazer propostas devido à proximidade das eleições.

Informou que é objetivo deste Conselho apontar as linhas mestras sobre o que se pretende fazer nos próximos quatro anos, reconhecendo as alterações profundas decorridas na cidade e a riqueza da composição do Conselho de que fazem parte pessoas de praticamente todas as áreas.

Referiu ter alguma resistência às questões numéricas e aos estudos de público, pois os *inputs*, as críticas e as sugestões dos conselheiros são o que considera uma forma simples e válida de apurar resultados.

Mencionou a questão da descentralização da área cultural como uma área relevante cujas propostas apresentadas continuam a ser insuficientes e, também, como uma preocupação partilhada com a Câmara Municipal de Lisboa e as áreas metropolitanas – o único dado novo é a passagem para os municípios dos museus que não são museus nacionais. Neste âmbito, a classificação do património é uma matéria fundamental e tem-se verificado que a Direção-Geral do Património Cultural tem vindo a desclassificar territórios sem ouvir o interesse municipal – citou o exemplo da Cantareira, em que o edificado de pescadores foi desclassificado pela DGPC sem que a Câmara tivesse sido ouvida.

Sugeriu que os Municípios possam colaborar nas classificações de património (através de comissões técnicas de apoio ao Plano Diretor Municipal), mas que a desclassificação só possa ser feita pela autoridade nacional, de modo a proteger territórios e edifícios como o Teatro Sá da Bandeira ou a evitar que seja demolido um palacete na Foz, ou mesmo que seja alienado um lugar histórico, como é o exemplo da Bateria da Vitória.

Carla Miranda

Referiu que a cidade está muito repartida, mencionando os seguintes exemplos: 1. A proteção da paisagem da Ribeira como Porto Património Mundial está descoordenada com a APDL que lá deixa colocar os barcos; 2. A pressão sobre os eventos é muito maior desde que a Câmara também promove numerosos, pelo que as outras estruturas perdem espaço e visibilidade de promoção, por não terem verbas para divulgação nem para realizar espetáculos de determinada dimensão, ou por não terem mais apoios, dado que terminaram as cedências das estruturas camarárias às entidades. Nesse sentido, pediu esclarecimento sobre a razão da Câmara estar a fazer tantos eventos.

Rui Moreira

Reconheceu existir um certo hiato entre a atividade da Câmara e a das outras entidades e afirmou que tal é matéria de preocupação a dois níveis: pelo esforço que tem sido feito através dos *sites* da Câmara (*Cultura e Porto Ponto*); pelo investimento na *Agenda Cultural* de modo a que não fique só em papel e se faça uma maior divulgação, partindo do princípio que os meios de comunicação social não chegam a tudo. Neste âmbito, mencionou os exemplos similares da Casa da Música e de Serralves que também procuram atrair público e mobilizar agentes, criando-se um hipermagnetismo e algumas descontinuidades territoriais. Expôs, também, que a Câmara pretende disponibilizar espaços para algumas atividades culturais, como o Matadouro que terá mais áreas, designadamente adequadas para companhias de teatro.

Guilherme Blanc

Anuiu sobre a grande necessidade de melhorar a divulgação na cidade, pensada há cerca de dois anos, por exemplo com a criação da agenda para o cinema independente, com ótimos resultados e que veio dinamizar os espaços não são municipais e as atividades dos programadores. Também referiu existir vontade de que

outras agendas sejam criadas ou mesmo uma agenda cultural para a cidade, de modo similar à de Lisboa, algo que implicará constituir uma redação e fazer um maior investimento financeiro, operacional e de recursos humanos.

Rui Moreira

Informou existir uma limitação legal no que se refere à comunicação, de acordo com um parecer recente da ERC que diz estarmos no limite de ser um órgão de comunicação social e que as Câmaras não podem ter ou apoiar órgãos de comunicação social. Acresceu, também, que não é apenas uma dificuldade de recursos, pois tal também implicaria ter uma redação com alguma independência editorial, para fazer escolhas e agir de forma neutra, correndo-se o risco, deste modo, de podermos ser conotados com um órgão de comunicação social, algo que violaria as leis em vigor.

Manuel Ferreira da Silva

Manifestou o seu agrado relativamente a tudo o que tem sido feito pela CMP no âmbito da cultura e a tudo aquilo que foi lido ou perspetivado pelo Presidente para o ano 2018.

Referiu a participação da Câmara no desfecho positivo da defesa do património existente, nomeadamente no caso do Foco, que é um exemplo excecional de arquitetura do Porto que envolveu o arquiteto Ricca, o José Carlos Magalhães Carneiro e o arquiteto Serôdio.

Louvou a iniciativa do programa iniciado o ano passado relativo à aquisição de obras aos galeristas do Porto e, também, o programa de residências para chamar artistas de fora para Porto e tornar mais atrativa a sua permanência na cidade. Porém, alertou para a competitividade que representa esse mundo e para a necessidade de haver uma massa crítica sobre os artistas.

Referiu a concordância com a necessidade de se dar mais importância à Bienal de Fotografia e ao Centro Português de Fotografia, o qual não sendo num equipamento municipal, é nacional e precisa de ser apoiado para conseguir ter o alcance de outros equipamentos, como o Rivoli, o São João, a Casa da Música, o Coliseu, Serralves e outros.

Rui Moreira

Anuiu com o referido sobre o Centro Português de Fotografia (CPF) e disse que teve recentemente a falar sobre esta questão e a cidade com o Ministro da Cultura, ressaltando a excelente relação entre Ministério da Cultura e Município do Porto. Especificamente sobre o caso do CPF, pelo seu acervo, monumentalidade do edifício e localização fantástica, considerou que este carece de melhor aproveitamento, pelo que pediu intervenção do Senhor Ministro para tal, tendo em conta a atual dificuldade em articular programas e estratégias. Mencionou que, sendo o CPF um equipamento no qual o município não pode interferir, não deixa de, claramente, pelo acervo existente mal explorado, reduzir a capacidade reivindicativa relativamente ao que se pretende solicitar da Cinemateca, no âmbito do projeto Cinema Batalha. Sobre tal, referiu que andou, há tempos, com o Senhor Presidente da Câmara de Famalicão e um grupo de pessoas a percorrer as ruas do Porto e o trajeto Camiliano e, no final, chegados ao CPF e à cela, constatou que pouco mais havia para ver para além de umas máquinas fotográficas – isto é, verifica-se um esvaziamento do contexto da história do monumento e da Cadeia da Relação.

Carlos Guimarães

Cumprimentou o Presidente e os conselheiros presentes e salientou a importância de discutir questões de natureza patrimonial relativas aos espaços da cidade, designadamente a capacidade dos municípios intervirem nas classificações. Sugeriu o seguinte: 1. A transmissão das temáticas previstas abordar nas próximas convocatórias, para que os conselheiros se possam preparar e contribuir para uma discussão mais organizada e rica, dado serem muitos os desafios e as mudanças na cidade; 2. Maior articulação entre as instituições para potenciar os efeitos de quando se convida gente altamente qualificada de fora (por

exemplo, no Forum do Futuro) e que com alguma articulação poderá trazer benefícios quer para a CMP, quer para a Universidade.

Rui Moreira

Manifestou acordo com o último contributo e informou que, sendo cada uma das sessões focada num determinado contexto, costumam ser distribuídos nos Conselhos Municipais, por norma, um tema e documentos de suporte para que os conselheiros possam dar mais contributos.

Daniel Pires

Referiu que, relativamente à comunicação dos pequenos espaços e pequenos projetos se passou de uma situação extrema, em que se colavam cartazes por todo o lado, para outra situação igualmente extrema que é a impossibilidade de se colar um único cartaz – um equívoco, pois os cartazes não são só informação, são obra gráfica de jovens ou designers que gostam de fazer posters ou que trabalham em serigrafia, criando trabalhos incríveis, algo que desapareceu. Só vemos cartazes na internet e no *Facebook* que rapidamente desaparecem. Sobre este aspeto, partilhou a experiência de observar, durante muito tempo, pessoas que o visitavam para fotografar o imenso painel da entrada do edifício, precisamente pela elevadíssima qualidade gráfica que existia no Porto e que está a perde-se, hoje em dia. Neste âmbito, lança a sugestão para a Câmara pensar em dispositivos onde se possam apresentar obras gráficas em formato de posters nos seus diversos tamanhos – não apenas na área dos bares e concertos, mas espaços mesmo dedicados à colocação de posters com visibilidade, os quais seriam limpos assiduamente, como acontece nos que existem para as eleições.

Rui Moreira

Apreciou e assegurou que irá ponderar a sugestão do espaço para afixar cartazes, acrescentando que os partidos políticos têm uma lei especial sobre essa matéria e que para o efeito abordado existe a solução dos mupis.

Vânia Rodrigues

Sugeriu que se fizesse a formalização da política cultural e dos objetivos estratégicos do Conselho Municipal da Cultura para que haja um registo daquilo que está a acontecer no Porto e que é excecional. Tal também no campo da política cultural a nível nacional - isto porque há pouquíssimos instrumentos de política cultural formalizados, há pouquíssimos vereadores de cultura com capacidade interventiva na defesa da cultura a nível nacional e o Porto tem a história infeliz da perda do seu vereador atento a desafios e oportunidades, mas também tem um ex-presidentearrepiante no que toca à falta de visão nesta matéria, mas atualmente com sonhos políticos.

Pediu indicadores sobre a relação da cultura com o bem-estar e o ambiente e questionou se estas questões estão a ser estudadas. Citou o exemplo da seguinte questão: Como chegam as pessoas ao Rivoli ou ao Campo Alegre? De autocarro? Considera que continuam a subsistir extraordinárias dificuldades, não de mobilidade, mas de acesso e de segurança (por exemplo, um peão mulher para ir ao Campo Alegre a pé durante a noite não se sente totalmente seguro).

Fez referência ao problema da degradação do ambiente urbano em algumas artérias da cidade, por exemplo ao nível de poluição, considerou que é algo que é preciso cuidar para promover mais percursos a pé: – Talvez através de um regulamento urbano para uma vivência da cultura que passe por uma relação de paz com a cidade, de bem-estar e prazer de se poder usufruir um espetáculo no exterior e para evitar levar automóveis para todos os equipamentos. Ou seja, numa altura em que se discute agenda cultural, considera que esta deve incluir esta dimensão metropolitana.

Propôs que se procure relacionar a sustentabilidade da atividade cultural com o valor imobiliário, da história e do turismo.

Rui Moreira

Manifestou apreço e interesse sobre as questões levantadas e concordou que ainda há muito por fazer no que se refere à dimensão metropolitana, apesar dos avanços já conquistados com os municípios de Matosinhos e de Gaia em vários projetos, tais como o *Open House* ou o Festival DDD. Sobre tal, acrescentou que o caso que considera de maior insucesso é do Coliseu, dado que este não consegue envolver a Área Metropolitana e tem vindo a sobreviver, sobretudo, do apoio da CMP, SCMP, ACP e da Associação dos Amigos do Coliseu, mas precisa de mais parceiros, tendo em conta o reduzido apoio central que aufero do Estado. Quanto à questão da formalização, observou que o mais importante é continuar a demonstrar que a política cultural tem um efeito enorme e que vai para além da cultura dos públicos diretos e dos agentes culturais. Neste âmbito, referiu que os exemplos da *Culturporto* ou a *Porto2001* demonstraram que a formalização não é essencial para perdurar. O exemplo do conceito da *Porto2001* passava muito pelos agentes culturais, pelos públicos, pela transversalidade dos públicos que passaram a conhecer outras coisas e a cruzar-se, mas não saiu deste domínio. Logo, considera que é preferível ancorar a política cultural na coesão social e na economia para impedir que haja um retrocesso e para conseguir alcançar uma boa política cultural, com boas contas.

Sobre a cultura e a cidade, transmitiu que foi convidado por uma organização internacional para ir à Austria falar sobre a sustentabilidade das cidades, relativamente ao caso do Porto, algo que revela que estamos a ser observados talvez com maior atenção. Do mesmo modo, informou ter apreciado o interesse com que o Presidente da Câmara de Viseu falou sobre o tema da felicidade social da cultura, numa recente intervenção pública, pois tal significa que esta é o nosso melhor seguro de vida e que é bom que se alastre.

Ana Luísa Amaral

Felicitou o trabalho que a Câmara está a desenvolver e deixou a sugestão, em termos de funcionamento, do envio de um ponto de ordem antes de cada uma das reuniões e da possibilidade de os conselheiros também poderem enviar previamente as suas sugestões, para que pudessem também circular.

Sugeriu a comemoração em 2019 do centenário do nascimento da Sophia de Mello Breyner Andresen, uma parceria que a Câmara Municipal de Lisboa gostaria de fazer conjuntamente com a CMP.

Rui Moreira

Respondeu que as comemorações da Sophia foram antecipadas dois anos, com a Feira do Livro e informou que quem está na Comissão a tratar das comemorações é o Guilherme Oliveira Martins, que já falou comigo no sentido de ver o que é que se pode fazer. Porém, referiu que não é objetivo da equipa fazer um programa alternativo, mas simplesmente dar todo o apoio que for preciso, dado este ser um centenário importante.

Orfeu Bertolami

Comunicou a disponibilidade da FCUP para apoiar integralmente o programa cultural e comunicou a vontade desta instituição poder passar a ser um ponto de receção e acolhimento de atividades artísticas e culturais.

Informou que a FCUP é o local onde todo o tipo de ciência é estudada, desde as coisas mais pequenas às maiores estruturas do universo e onde existem meios para produzir hologramas de grande dimensão, algo que ninguém mais no país tem capacidade para fazer e mesmo na Europa, pouquíssimos laboratórios.

Felicitou a parceria com a Câmara Municipal do Porto na construção de um projeto planetário, a Casa Comum da Humanidade, que vai arrancar do ponto de vista científico em fevereiro – com uma vertente jurídica e uma vertente científica, a ideia é construir uma nova jurisprudência baseada na ideia de condomínios.

Informou sobre o interesse que a Agência Espacial Europeia tem em colocar na cidade do Porto ou de Gaia o Instituto de Geofísica, dando meios para observar a Terra do espaço – um projeto para arrancar em fevereiro, que conta com representantes da ESA a visitar o Geofísico e com um seminário científico na FCUP.

Rui Moreira

Terminou agradecendo a presença de todas e todos e lendo a ata da tomada de posse do Conselho Municipal de Cultura para o presente mandato autárquico, que se segue:

Aos 24 dias do mês de Janeiro de 2018 pelas dezoito horas nesta cidade do Porto, edifício dos Paços de Concelho, compareceram perante o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira e perante o Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Porto, Miguel Pereira Leite, a fim de serem empossados como membros do Conselho Municipal de Cultura, nos termos do disposto no artº 3º do Regulamento do Conselho aprovado por proposta do Executivo Municipal de 27 de Julho de 2017, os cidadãos representantes designados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto nos termos do artº 3º nº 1 alínea u) do respetivo Regulamento do Conselho Municipal de Cultura do Porto: Vânia Rodrigues, Paulo Vinhas, Nuno Centeno, Joel Cleto, Joaquim Moreno, Gabriela Vaz Pinheiro, Daniel Pires, Ana Luísa Amaral, Carla Miranda, Alexandra Balona de Oliveira. E agora passamos a chamar os vários representantes das instituições da cidade: Representante do Teatro de Marionetas do Porto, Isabel Barros; Representante do Teatro Nacional São João, Francisca Carneiro Fernandes; Representante da Santa Casa da Misericórdia do Porto, António Tavares; Representante da Fundação António Manuel da Mota, Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedroto; Representante da Fundação de Serralves, Manuel Ferreira da Silva; Representante da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Maria Isabel Correia Dias; Representante da Faculdade de Ciências Universidade do Porto, Orfeu Bertolami; Representante da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, José Carlos Paiva; Representante da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Carlos Alberto Esteves Guimarães; Representante da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo, António Augusto Aguiar; Representante da Escola Superior Artística do Porto, Maria Eduarda Neves; Representante da Escola das Artes da Universidade Católica, Nuno Alexandre Coimbra Crespo; Representante do Conservatório de Música do Porto, António Moreira Jorge; Representante do Coliseu Porto, Eduardo Paz Barroso; Representante da Casa da Música, António Jorge Pacheco; Representante do Balletatro Escola Profissional, Manuela Barros; Representante da Árvore, Cooperativa de Atividades Artísticas, José Emídio; Representante da Academia Contemporânea do Espetáculo, Teatro do Bolhão, Glória Cheio; Diretora Municipal de Cultura e Ciência, Mónica Filipa Carneiro Guerreiro; Presidente da Câmara do Porto, Rui de Carvalho de Araújo Moreira. A tomada de posse dos membros não presentes neste ato de instalação ocorrerá na reunião subsequente a que compareçam. Para os fins convenientes históricos e probatórios lavrou-se esta ata que foi assinada por todos os presentes e também subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto. O segundo ponto da ordem de trabalhos, que passou a terceiro, é a aprovação do Regulamento do Conselho. Alguém quer usar da palavra? Irei pôr à votação. Está aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião.

Redigido aos 25 dias do mês de março de 2019 por
Departamento Municipal e Gestão Cultural

 , Diretora do

O Presidente de Câmara

